



PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM DESAFIO POSSÍVEL

Leticia Ferreto Camargo¹ - FARESC

Marilice Mugnaini Soffa² - FARESC

Daniel Markowicz³ - SEED/PR

Eixo – Psicopedagogia, Educação Especial e Inclusão
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

O presente estudo tem como objetivo articular análises sobre a educação inclusiva, esta que hoje, se faz presente nas escolas, sendo debatida constantemente em todos os níveis educacionais. Busca-se a qualificação e a reestruturação de sistemas de ensino e dos profissionais, pois o aprendizado perpetua no direito das crianças e adolescentes independente da situação social, diversidade cultural e econômica. A educação inclusiva pode ser mais que apenas reconhecer diferenças, esta pode ser um processo multiplicador de construção de saberes para formar cidadãos que possam interagir e participar de uma sociedade justa e democrática. Este estudo tem como problemática questionar estas temáticas que envolvem a inclusão, principalmente em relação ao professor e seus desafios. Igualmente é importante evidenciar que, currículos tradicionais e fragmentados não desenvolvem a inclusão e dificultam ainda mais o processo de aprendizado do aluno com necessidades educacionais especiais, pois currículos padronizados não proporcionam o desenvolvimento de habilidades e independência do aluno, não oportunizam um pensar em diferentes contextos, criando assim rótulos e a exclusão do aluno em ambiente escolar. Como encaminhamentos metodológicos, foram adotadas as pesquisas bibliográfica e documental, buscando argumentos que valide a tese que, a inclusão nas escolas pode concretizar-se pela reorganização do trabalho pedagógico, adaptação individual e metódica do currículo escolar. A pesquisa se respalda em autores da área como Mantoan (1998, 2001), Carvalho (2000, 2010) e Mittler (2003) e nos principais documentos legislativos da educação inclusiva. Nesse sentido, chegou-se à conclusão que a discussão sobre a inclusão escolar vai além de metodologias de ensinar, ela detém de conjuntos pragmáticos e de ideais sociológicos psicológicos, pedagógicos e filosóficos para então se pensar em assegurar e exercitar esta.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Professor.

¹ Aluna do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas Santa Cruz. Email: ltferreto@gmail.com

² Mestre em Educação pela PUCPR. Professora do Curso de Pedagogia e Pós-graduação das Faculdades Integradas Santa Cruz. Email: marilice@outlook.com

³ Doutorando em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestre em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná. Professor e Gestor na Rede Estadual de Ensino do Paraná. Professor do Curso de Pedagogia das Faculdades Integradas Santa Cruz. Email: nielwicz@gmail.com

Introdução

Atualmente, observa-se a grande discussão que ocorre sobre o processo de inclusão nas escolas, igualmente percebe-se o grande número de matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais que ingressam no ensino regular.

Muitas mudanças significativas foram feitas ao longo dos anos, como reformas educacionais, decretos e leis que reafirmam a inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais nas escolas. Porém, abre-se também a discussão sobre qual forma, como e o que deve ser trabalhado com estes alunos em sala.

Ainda existem discussões em torno de questões na formação de professores, estruturas físicas das escolas e acompanhamento pedagógico, ou seja, questionam-se infinitos feitos para uma efetiva construção escolar inclusiva no Brasil.

Na busca pela resposta, evidenciam-se pontos positivos e negativos quanto à educação inclusiva e a relevância da educação para esses alunos. Nesta perspectiva, este estudo tem como problemática questionar estas temáticas que envolvem a inclusão, principalmente em relação ao papel do professor e seus desafios.

A pesquisa tem como objetivo articular análises sobre a educação inclusiva, para alunos com necessidades educacionais especiais, que hoje se faz presente nas escolas sendo debatido constantemente em todos os níveis educacionais.

Diante desse pressuposto, engloba o viés das discussões em relação ao currículo adaptado e a inclusão de todos os alunos na educação regular. Assim entende-se que novas metodologias e flexibilização de práticas, quanto de currículos de aprendizagem consoantes com a capacitação e orientação do trabalho pedagógico a fim de oportunizar o ensino-aprendizado de uma forma interdisciplinar, concreta e efetiva com objetivos claros e específicos diante das grandes diferenças individuais, ainda valorizar os espaços de saberes para humanizar-se o aluno como cidadão crítico.

Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se argumentos que validem a tese que a inclusão nas escolas pode concretizar-se pela reorganização do trabalho pedagógico, adaptação individual e metódica do currículo escolar, e com a afirmação e conscientização de todos os autores quanto participantes da formação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Perspectivas sobre a inclusão

Quando se reflete sobre a definição de educação inclusiva, constata-se diversas respostas sobre o conceito, portanto partir do princípio que a educação é um direito de todos é essencial, firma-se o atendimento educacional às pessoas especiais, em ambiente escolar comum ou em grupos especializados, que está assegurado na Constituição Brasileira.

Verifica-se que a educação inclusiva, não caracteriza definições fechadas, ela simplesmente acontece de forma gradual, coletiva e colaborativa podendo atender alunos, os beneficiando da aprendizagem. Portanto, percebe-se que o termo inclusão tem sido em muitos casos compreendido de forma errada, têm sido visto do ponto de vista social em apenas incluir, segregar pessoas com deficiências sem homogeneizar o ensino, e/ou, colocar junto com outros alunos e ponto final. A inclusão é antes de tudo, um processo de se autoanalisar, de procurar no outro o que ele tem a nos oferecer, a forma como vê a vida, as coisas e as pessoas. A inclusão social, portanto, é um processo que contribuiu para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenas ou grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 1998, p. 42).

Ou seja, “o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas” (KARAGIANIS; STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

Ações como a proposta no capítulo V – “A educação especial” – da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9394/1996), vêm demonstrando a abertura do processo de atendimento educacional e a garantia de introduzir nele inovações, objetivar e assegurar maiores possibilidades de integração do portador de necessidades especiais à sociedade (BRASIL, 1996).

Porém, não basta incluir o aluno com necessidade educacional especial e leis que garantem seu direito escolar de aprendizado em escolas regulares, necessita de estratégias organizadas que possibilitem construir conhecimentos a partir de adaptações e adequações possíveis dentro da escola para esse aluno incluso. Diante de todos esses argumentos, ainda são encontradas escolas que se utilizam do processo de integração, que busca normalizar a pessoa com deficiência e atribuir-lhe a responsabilidade de adequação ao meio social. Conforme constata Mantoan (1998), nenhuma mudança na estrutura social vigente, cabendo ao indivíduo

à responsabilidade de se “adequar” ao sistema. Entretanto, as práticas integracionistas demonstram que as pessoas com deficiência não precisam e nem devem ser excluídas socialmente.

Diante a contramão deste processo de inclusão, pretende-se ir além da inserção dos alunos na escola, exigindo uma mudança na estrutura social vigente, no sentido de se organizar uma sociedade que atenda aos interesses de todas as pessoas, indiscriminadamente. Sabe-se que o Capitalismo gera a exclusão social, e neste aspecto, as práticas integracionistas favorecem a manutenção deste sistema quando propõe que cabe a cada pessoa adaptar-se à estrutura social vigente. Já o processo de inclusão denuncia as desigualdades e o desrespeito às minorias, reivindicando não só a mudança de estrutura física, mas também de concepções pensamento e planejamentos de sociedade, procura-se uma nova forma de organização social em que as diferenças individuais sejam respeitadas e não menosprezadas.

Acredita-se que a inclusão da pessoa com deficiência seja fundamental, porém, reflete-se numa sociedade inclusiva num sistema capitalista que é organizado de maneira excludente. Será a inclusão uma utopia, como afirma Glat (1998), ou uma possibilidade de acontecer? Pensando no homem como ser em transformação, sujeito de sua própria história, estas são questões para as quais não se tem uma resposta.

Contudo, o processo de inclusão não se restringe às pessoas com deficiência, mas atinge todas as minorias cerceadas de direito dentro de uma sociedade capitalista. Assim sendo, a essas minorias seria benéfica uma organização social que favorecesse a todos e não somente a alguns privilegiados.

Segundo Sassaki (1998), educação inclusa significa dar oportunidades a todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, para que possam receber serviços educacionais eficazes na preparação de pessoas para uma vida satisfatória na sociedade, em classes adequadas às suas idades.

A inclusão implica em primeiro lugar, aceitar todas as crianças como pessoa, como seres humanos únicos e diferentes entre si. As diferenças individuais existem entre todos os seres humanos, portanto, não se justifica classificar um grupo de pessoas como sendo especial, justamente porque possuem déficits sensoriais motores, intelectuais, afetivos ou comportamentais. Na realidade todas as pessoas possuem déficits e habilidades nestas mesmas áreas.

Para um aluno incluso, pode-se não perceber em pequeno ou médio prazo qual dimensão que a aprendizagem promove a esse aluno além da socialização, aumento de seu potencial cognitivo e motor, desenvolvimento na linguagem oral e escrita e na comunicação com outros alunos. Estes são alguns dos benefícios que podem ocorrer por meio da prática inclusiva.

Para que isto ocorra, é necessário que a equipe pedagógica multidisciplinar analise o histórico da criança, que tenha atenção na coleta de dados e ao desenvolver um trabalho juntamente com a família e com especialistas que acompanham esse aluno, para saber mais detalhes sobre as suas condições físicas, emocional e quais suas possibilidades e limitações, sempre visando a obter sua participação produtiva no processo de ensino e aprendizagem.

É necessário ter em mente que, a finalidade de ajudá-lo é para que ele se sinta seguro e confortável. Conversar com a turma sobre a necessidade de cada um e deste aluno em particular, é um procedimento que promove consciência e a cooperação. É importante que o grupo conheça as necessidades específicas deste aluno e como é importante colaborar para que ele se sinta em classe.

Educação Inclusiva e o papel do professor

A participação consciente e responsável dos demais alunos é muito importante para inclusão social do aluno com NEE (Necessidades Educacionais Especiais). Para que isso ocorra, entretanto, é necessário dar-lhe as oportunidades para falar a respeito da deficiência, explicitar suas fantasias e mitos, confrontados tudo isso com as características peculiares da realidade do colega deficiente.

Dessa forma, o professor estará atuando positivamente, pois já está comprovado que a convivência regular e saudável com indivíduos com necessidades especiais representa em benefícios mútuos para ambos.

Sendo um dos agentes responsáveis pelo funcionamento da escola e o principal responsável pela sua tarefa fundamental – a aprendizagem dos alunos – atualmente enfrenta os desafios da mudança de paradigma da educação, pois novas realidades fazem-se presentes no ambiente escolar. A maior parte dos profissionais ainda tem dificuldades para receber crianças especiais em suas salas de aula, pois enfrentam o problema da capacitação deficiente e o preconceito de alguns pais. Como afirma Mitler (1997, p. 7), “o professor tem direito a ter treinamento e apoio” para o enfrentamento das questões que uma educação inclusiva impõe.

O sistema educacional vigente tem procurado fornecer subsídios e capacitação para os professores que atuam diretamente em salas especializadas com crianças especiais, mas ainda falta uma formação, capacitação ou apoio para com os professores que atuam em sala de aula, ou seja, uma revisão das provisões no planejamento de trabalho do professor diante de turmas com alunos inclusos.

A orientação inclusiva diz respeito à escola em sua totalidade, sendo um equívoco considerar que cabe apenas ao professor de sala de aula esta responsabilidade. Entre as barreiras que impedem que a escola inclusiva se torne realidade na prática cotidiana de nossas escolas, tem sido apontada “o despreparo dos professores do ensino regular para receber em suas salas de aula, geralmente repletas de alunos com problemas de disciplina e aprendizagem, os alunos com necessidades especiais” (BUENO et al, 1999 apud GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 23). De acordo com Mantoan (2001, p. 112), o despreparo e as salas numerosas e com problemas de disciplina e aprendizagem têm sido a “maior desculpa para justificar o estado atual da maioria das nossas escolas”, que resistem à inclusão de portadores de necessidades especiais.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), dispõe que é competência do professor a tarefa de individualização das situações de aprendizagem oferecidas às crianças, considera as suas capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas. Nessa perspectiva, não se pode estigmatizar as crianças pelo que diferem, mas levar em consideração as suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural.

A qualidade do processo de inclusão está, portanto, diretamente relacionada à estrutura organizacional da instituição, das relações dialogadas e dos significados que a escola apresenta aos seus participantes sobre as práticas inclusivas.

Levando-se em conta o documento Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares (BRASIL, 1998) acentua-se que a qualidade do processo envolve questões mais amplas implicadas às políticas públicas, às decisões orçamentárias, à implantação de recursos humanos, aos materiais adequados em termos de quantidade e qualidade e à adoção de medidas educacionais compatíveis em suas diferentes modalidades.

Os educadores precisam estar dispostos às mudanças e estar constantemente revisando seus conceitos, ideologias e valores, para atuar como elemento facilitador no processo de conscientização da construção de sua cidadania e da capacidade crítica e reflexiva. Esse processo de construção deve partir da sua prática e dos conhecimentos prévios que esta prática

possibilita. Os professores necessitam ser “colocados em um contexto de aprendizagem e aprender a fazer fazendo: errando, acertando, tendo problemas a resolver, discutindo, construindo hipóteses, observando, revendo, argumentando, tomando decisões, pesquisando” (LEITE, 1999, p. 28).

Apesar da formação e capacitação docente serem reconhecidas pelas políticas públicas referentes à educação, a realidade é que os professores não foram e não são formados para uma educação inclusiva, foram formados em um modelo seletivo/excludente para uma escola seletiva/excludente, e tendem a reproduzir este modelo em suas práticas. A proposta de como romper com esse círculo vicioso passa pela formação em um modelo inclusivo para uma escola inclusiva, o que certamente requer profunda mudança no enfoque da formação acadêmica.

Os princípios que norteiam a educação em nosso país são predominantemente baseados em normalização e integração, não dando prioridade às diferenças. A prática pedagógica demonstra que os direitos de todos os alunos com necessidades educacionais especiais só vão se efetivar se houver mudanças de atitudes em todas as instâncias da sociedade e da escola.

Tais mudanças não dependem somente pelos direitos adquiridos desses alunos, para se tornarem iguais. Como afirma Novaes (1991 apud CARVALHO, 2010), cada um de nós é um “mesmo diferente”, e isto significa que, embora tenhamos muitas semelhanças (como a de pertencermos ao gênero humano, por exemplo), apresentamos inúmeras diferenças. Isso nos remete a totalidade do ensino, independente de alunos com necessidades educacionais ou não, se faz necessário à plena formação do aluno.

O entendimento de que essas diferenças não podem ser geradoras de exclusão ou impeditivas da construção da igualdade, coloca na agenda de todas as instituições sociais a inclusão, sem a qual toda a legitimidade dos princípios democráticos está ameaçada (AQUINO, 1998).

À continuidade entre o significado negativo da educação especial, predomínio obsessivo de uma concepção clínica, círculo de baixas expectativas pedagógicas se acrescenta a outra questão muito problemática: a falta de reflexão educativa sobre a educação especial. Entretanto, é necessário incluir a análise dos fatos que governam a educação de crianças especiais dentro dos problemas educativos gerais (SKLIAR, 1997).

O fato de que a educação especial esteve virtualmente excluída do debate educativo é a primeira e a maior discriminação, sobre a qual se projetam sutilmente todas as demais discriminações civis, legais, laborais, culturais, entre outras. O direito à educação

[...] deve ser analisado, avaliado e planejado conjuntamente a partir do conceito de uma educação plena, significativa, justa, participativa, sem restrições impostas pela beneficência e a caridade, sem a obsessão curativa da medicina, evitando toda generalização que pretenda discutir educação só a partir e para míticas crianças normais (SKLIAR, 1997, p.15).

Para ratificar essa reflexão sobre educação especial, Carvalho (2000, p. 17) propõe que:

[...] por educação especial, entenda-se o conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar e disponibilizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que, por características bio-psicossociais necessitam de apoio diferenciado daqueles que estão disponíveis na via comum da educação escolar.

Carvalho (2010) ainda ressalta que, este conceito traz implicações político-administrativas a todos os alunos que, no processo de educação escolar, por inúmeras causas, enfrentam barreiras mais complexas do que as enfrentadas por seus pares ditos normais. Pois não é desejável no próximo milênio, a possibilidade do ensino especial expandir-se como um outro sistema. Espera-se e deseja-se que todas as crianças, jovens e adultos, todos (com ou sem deficiência) tenham mais sucesso em suas vidas acadêmicas, e possam exercitar suas cidadanias plenas.

As pessoas com deficiência fazem parte integrante e indissociável da sociedade. Os serviços especializados destinados especificamente a essas pessoas cumprem o papel fortalecedor da segregação, inclusão fixadora na condição deficiente como se não pudessem beneficiar-se de serviços comuns a que as pessoas convencionais da sociedade recorrem. (ONOTE, 1994 apud SKLIAR, 2000, p. 49)

Reflete a essa discussão sobre a educação especial, “E este tema hoje torna-se proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor e, determinante das políticas públicas educacionais tanto em nível federal, quanto estadual e municipal” (GLAT, NOGUEIRA, 2000, p. 23). Desse modo reafirma-se,

[...] que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica numa reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 26).

Porém, atualmente, as políticas de educação especial no Brasil adotam orientação inclusiva, procurando assumir essa prática democrática com atributos políticos voltados para a realização humana. Carvalho (2010), caracteriza a educação inclusiva mais como prática

política do que educacional. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino faz-se com que essa dimensão política seja transformada em dimensões além de padrões e fórmulas. Conforme Carvalho (2010), é possível reconhecer a importância da cultura da e na escola, conferindo a esta dimensão, um tempo e um espaço para que crie o consentimento de toda a comunidade de aprendizagem que a escola é, a partir da vontade livre de cada um de seus integrantes.

Nesse mesmo contexto, evidencia a distante relação de inclusão e de incluir. Ao imprimir um olhar pedagógico e estimulador em torno das dimensões, a escola pode se tornar um espaço inclusivo, democrático, socializador que estimule relações e modelos de saberes. Embora seja necessário analisar e examinar as singularidades e a subjetividade de seus Projetos Políticos Pedagógicos, a escola ainda não promove diálogo, interatividade ou propostas de construção de aplicação, pelo contrário, predominam modelos educativos racionalistas e comportamentalistas, conforme Carvalho (2010, p. 94) expõe:

Comportamentalistas, pela importância atribuída ao desempenho do aluno, numa relação entre ensino como estímulos e desempenho como resposta. Racionalistas, devido à valorização atribuída à estrutura interna dos conteúdos selecionados segundo o que se supõe ser o seu valor formativo.

Ao explorar as propostas políticas pedagógicas percebe-se a dificuldade de formar e tornar um currículo adaptado pela falta de debates dentro e fora da escola, pelas imposições colocadas seja pelas leis e pelas próprias escolas ao querer rotular e desvalorizar os alunos e impondo barreiras para aprendizagem, ao entender são educadores que muitas vezes apenas estão atuando em prol dos modelos educativos já impostos pela sociedade. Portanto a escola será um espaço inclusivo se houver articulações entre políticas públicas que garantem as cidadãos o exercício de seu direito à educação, como um bem (CARVALHO, 2010).

Precisa-se evidenciar o direito de aprender do aluno com necessidades educacionais e aprimorar os espaços da escola considerar as situações atuais e diferentes contextos educacionais, profissionais e do aluno para que se configure em processo de ensino aprendizagem, melhoria nas escolas em sua forma geral, remoção das barreiras e articulações entre todas as esferas. Assim Carvalho (2010, p. 101) faz-se uma argumentação sobre a proposta de currículo adaptado:

Ao pensar na proposta de educação inclusiva, além de estendê-la a todos, sem exceções cumpre lembrar que o processo educacional não se limita ao espaço escolar.

Na escola ele se sistematiza no projeto curricular que inspira as práticas pedagógica, com ênfase para a desenvolvida em sala de aula.

Desse modo, como afirma Carvalho (2010), é preciso articular novas linguagens e modelos educacionais, fugir de modelos prontos e acabados, abrir espaços para erros e acertos, questionar entorno das adaptações e estratégias coerentes as necessidades educacionais de cada aluno, levando sempre em conta instrumentos que respeitam e facilitem o desenvolvimento educacional e a inclusão, bem como a ênfase pela superação de dificuldades independente de deficiências ou limitações.

Segundo o autor, é importante formular assim, direções e leituras para reflexões e compreensão de quais métodos e quais modificações podem ocorrer, propondo práticas inovadoras e significativas para o processo de aprendizagem individual destes alunos (CARVALHO, 2010).

Para educadores, a inclusão da prática da pesquisa na organização do trabalho pedagógico, enfatizar a investigação, observação e a descrição privilegia a comunicação, avaliação e a reorganização do trabalho, são questões estimulantes e constitui em si mesma, uma fuga da rotina. Quando considerada como vetor para que as escolas revejam suas práticas, em busca da inclusão educacional, o uso da pesquisa no processo ensino e aprendizagem envolve, dentre outros, aspectos político-administrativos, filosóficos, gerenciais e psicopedagógicos (CARVALHO, 2010).

Desse modo, caracteriza-se um currículo adaptado conforme a necessidade educacional do aluno e ao mesmo tempo desenvolver diálogos e a (re)construção de conhecimentos quanto à orientação do trabalho pedagógico para objetivar estratégias das quais nossos alunos com necessidades educacionais necessitam, configurando a educação íntegra da inclusão sem desmerecer a aprendizagem contínua e processual de todos na escola.

Nesse mesmo contexto, ressalta-se a mensagem da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) na Conferência Mundial de 1994 sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais: "O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes" (UNESCO, 1994, p. 8).

Certamente etapas serão superadas e algumas revistas, do qual faz parte do aprendizado não desmerecer total ou parcialmente do trabalho realizado, as abordagens e estratégias devem

ser revistas a todos os momentos, é primordial que se faça isso para que se alcancem os objetivos coletivos e individuais elaborados para a concepção do currículo adaptado na escola, aperfeiçoar e questionar o trabalho pedagógico para todos no espaço educacional engrandece o conhecimento, a formação e a inclusão.

Considerações Finais

Para finalizar, articula-se que para um currículo adaptado e a inclusão do aluno com necessidade educacional especial acontecer, pode-se tomar como base todo o processo de ensino e aprendizagem. Deixar de ser invasivo e teórico, tornar constante o diálogo e práticas nas instituições escolares, quanto nas esferas político-administrativas, incentivando as partes atuantes na busca de formação, estratégias e pesquisas para conhecer seus alunos e dispor de metodologias diferenciadas e estruturadas para o entender do aluno.

É essencial que educadores se disponham e possibilitem a educação inclusiva nas escolas de ensino regular em todos os níveis. Satisfação não só no aluno, mas em si, na veracidade em aprender a compartilhar e propor currículos flexíveis não compartimentados.

Crianças com necessidades educacionais especiais não são sujeitos passivos e incapazes, podem se tornar autônomos e emancipados permitindo-se emergir na sociedade e na busca por seus direitos como todo cidadão. E para que isso ocorra, a escola precisa ser atuante e valorizar a diversidade.

Entretanto, é reconhecido no país, o grande desafio diante das perspectivas atuais que dispõem as escolas, as barreiras impostas na educação inclusiva vão além do aprendizado, direta ou indiretamente ela se encontra em todas as camadas sociais de diversas formas, ficando o papel principal de conscientizar e incluir ao educador que promoverá seu aprendizado mesmo às diferenças coletivas sobre a real concretização da educação inclusiva escolar.

A inclusão é possível, porém ela não pode ser simplesmente implantada, há a necessidade de formar e dispor professores atuantes comprometidos com o aprendizado, de espaços planejados, de recursos permanentes e reorganização pedagógica institucional juntamente com a família. Não são fáceis os desafios para a inclusão nas escolas, muito menos a adaptação do currículo, contudo acredita-se que pequenas atitudes tornam-se grandes passos para flexibilizar práticas e ambientes educacionais, como também educadores em sua função mais humana, o de ensinar independente de ser aluno com necessidade educacional especial ou não.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. (Org). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. 35. ed. Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2012.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BUENO, J. G. S. **A educação especial na sociedade moderna**: integração, segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____. **Removendo barreiras para aprendizagem**: Educação Inclusiva. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

GLAT, R. Inclusão total: mais uma utopia? **Revista Integração**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria Nacional de Educação Básica, ano 8, n. 20, 1998.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**. v. 24, ano 14, Brasília: MEC/SEESP, 2002.

KARAGIANIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do ensino inclusivo. In: STAINBACK, W.; STAINBACK, S. (Orgs.). **Inclusão**: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 2001.

_____. Integração X inclusão – Educação para todos. **Pátio**: Revista Pedagógica. Porto Alegre: Artmed, n. 5, mai./jul. 1998.

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Tradução: Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Temas sobre Desenvolvimento, v. 7, n. 39, 1998.

SKLIAR, C. B. Uma perspectiva socio-histórica sobre a educação e a psicologia dos surdos. In: _____. (Org.). **Educação & Exclusão**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2017.